

SEPREV**SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE INDAIATUBA****ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO****TIPO 1 – BRANCA****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO

LÍNGUA PORTUGUESA

Burnout nas relações de trabalho: O que as empresas precisam fazer para evitar um passivo bilionário

O aumento de 14,5% no número de ações judiciais por *burnout* nos primeiros quatro meses de 2025, conforme levantamento divulgado pela imprensa nacional, é mais do que uma estatística preocupante, é um sinal claro de que as empresas precisam tratar a saúde mental como um vetor de risco jurídico. Segundo o levantamento, feito exclusivo para a Folha de S. Paulo, foram 5.248 novos processos ajuizados no período, com pedidos que somam R\$ 3,75 bilhões em indenizações, com valor médio superior a R\$ 368 mil por ação.

Reconhecida pela OMS – Organização Mundial da Saúde, desde 2022, como uma síndrome ocupacional relacionada ao esgotamento crônico no trabalho, a síndrome de *burnout* passou a ser enquadrada, no Brasil, como doença do trabalho nos termos do art. 20, §1º, alínea “d”, da Lei nº 8.213/1991. Isso significa que, ao se configurar o nexos entre a atividade profissional e o adoecimento, o trabalhador pode ser afastado com direito ao benefício previdenciário acidentário (auxílio-doença por acidente de trabalho), além de eventuais repercussões cíveis e trabalhistas.

É nesse contexto que se impõe às empresas a necessidade de uma atuação mais ativa e preventiva. A responsabilização do empregador, nesses casos, se funda na teoria da responsabilidade subjetiva, exigindo-se a comprovação de culpa ou dolo. No entanto, uma jurisprudência cada vez mais sensível ao tema tem flexibilizado a análise do nexos causal, especialmente em ambientes organizacionais marcados por metas agressivas, jornadas excessivas, ausência de pausas e práticas de gestão disfuncionais.

Embora a NR-1, que trata do GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, tenha seu item específico sobre riscos psicossociais adiado para vigência plena em 2026, seu conteúdo já serve como marco técnico de orientação. A nova redação da NR-1, aprovada pela Portaria nº 6.730/2020 do Ministério do Trabalho, estabelece a obrigatoriedade de identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais – incluindo os de natureza psicossocial – no PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos.

Assim, ainda que o não cumprimento específico das medidas voltadas à saúde mental não seja, neste momento, objeto de penalidades administrativas, o descumprimento do dever geral de cautela e diligência na gestão dos riscos do trabalho já pode ser utilizado como elemento de prova em ações judiciais. Nesse sentido, negligenciar a elaboração de um PGR adequado pode representar omissão culposa.

A defesa eficaz das empresas não passa apenas pela contestação individual das ações judiciais, mas pela adoção de medidas estruturantes de *compliance* trabalhista e gestão preventiva dos riscos ocupacionais. Isso inclui o mapeamento real dos fatores psicossociais no ambiente de trabalho; o treinamento de lideranças e RH para identificação precoce de sinais de adoecimento; programas internos de promoção à saúde mental, com registros e protocolos bem documentados; a adequação do PGR aos riscos psicossociais, mesmo antes da obrigatoriedade legal; e a revisão periódica de práticas de gestão para evitar exposição indevida a situações potencialmente lesivas.

Empresas que atuam proativamente têm, além de uma posição jurídica mais sólida, argumentos concretos para afastar o nexos causal, comprovando que adotaram todas as medidas razoáveis para prevenir o dano. Esse tipo de postura será cada vez mais valorizado tanto pela jurisprudência quanto pelas auditorias fiscais e pelo próprio mercado, especialmente diante da criação do selo de saúde mental corporativa, anunciado pelo Ministério do Trabalho em 2024.

A judicialização da saúde mental não é uma abstração, é um fenômeno concreto que já mobiliza bilhões de reais em passivo trabalhista. O *burnout*, por sua natureza complexa e multifatorial, exige das empresas uma postura técnica, preventiva e juridicamente embasada. Ignorar esse cenário é permitir que um risco previsível se transforme em prejuízo certo.

(Ernane de Oliveira Nardelli. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br>. Acesso em: dezembro de 2025.)

Questão 01

Ao afirmar que “O aumento de 14,5% no número de ações judiciais por *burnout* [...] é mais do que uma estatística preocupante, é um sinal claro de que as empresas precisam tratar a saúde mental como um vetor de risco jurídico” (1º§), o autor indica que:

- A) Os processos são pedidos de indenização que não apresentam fundamentação.
- B) O *burnout* deixa de ser uma preocupação da área da saúde e se limita à área jurídica.
- C) A saúde mental deve ser tratada como um vetor de risco jurídico, pois pode gerar impacto legal às empresas.
- D) O aumento de ações judiciais voltadas a casos de *burnout* é superestimado, o que afasta risco real de responsabilidade sobre as empresas.

Questão 02

No 4º§, ao afirmar que “Embora a NR-1, que trata do GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, tenha seu item específico sobre riscos psicossociais adiado para vigência plena em 2026, seu conteúdo já serve como marco técnico de orientação.”, o autor pretende:

- A) Informar que o Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGO) contempla apenas riscos físicos.
- B) Provar que qualquer ação jurídica, dentro desse contexto, somente poderá ser movida a partir do ano 2026.
- C) Alertar que, mesmo com ausência de penalidades, as normas podem ser utilizadas como parâmetro do que deve ser feito.
- D) Demonstrar que os riscos psicossociais terão validade jurídica como prova de negligência quando a nova redação entrar em vigor.

Questão 03

Sobre a função predominante do título – “Burnout nas relações de trabalho: O que as empresas precisam fazer para evitar um passivo bilionário” – no texto, é correto afirmar que:

- A) Informa um panorama geral sobre a síndrome de *burnout* nos últimos anos.
- B) Antecipa uma crítica às empresas em relação ao descaso com a saúde mental de seus trabalhadores.
- C) Enfatiza que o *burnout* é um problema restrito aos trabalhadores e aos seus líderes, devido à sua origem.
- D) Antecipa o recorte argumentativo ao relacionar a síndrome de *burnout* ao impacto financeiro e jurídico para as organizações.

Questão 04

Observe o excerto “Nesse sentido, negligenciar a elaboração de um PGR adequado pode representar omissão culposa” (5º§) e assinale a afirmativa que justifica a concordância entre os termos destacados.

- A) A expressão “*omissão culposa*” concorda com “*elaboração*”, por isso, está no singular.
- B) A expressão deveria ser “*omissão culposo*”, pois refere-se a “*PGR*”, que é substantivo masculino.
- C) A expressão “*omissão culposa*” se trata de um sintagma – substantivo e adjetivo; dessa forma, “*culposa*” concorda com “*omissão*”.
- D) Na expressão “*omissão culposa*”, o termo “*culposa*” é um advérbio de modo, permanecendo no singular para concordar com o verbo “*negligenciar*”.

Questão 05

A função principal das conjunções é ligar termos ou orações, estabelecendo uma relação lógica entre eles. Considerando esse pressuposto, caso a conjunção “*pois*” fosse acrescida ao trecho “A judicialização da saúde mental não é uma abstração, pois é um fenômeno concreto que já mobiliza bilhões de reais em passivo trabalhista.” (8º§), o seu valor semântico seria de:

- A) Conclusão.
- B) Explicação.
- C) Finalidade.
- D) Temporalidade.

Questão 06

Considerando o excerto “É nesse contexto que se impõe às empresas a necessidade de uma atuação mais ativa e preventiva.” (3º§), assinale a alternativa que, quanto à colocação pronominal, apresenta reescrita INCORRETA.

- A) Nesse contexto, a necessidade de uma atuação mais ativa e preventiva impõe-se às empresas.
- B) Nesse contexto, impõe-se às empresas a necessidade de uma atuação mais ativa e preventiva.
- C) Impõe-se, nesse contexto, às empresas, a necessidade de uma atuação mais ativa e preventiva.
- D) É nesse contexto que impõe-se às empresas a necessidade de uma atuação mais ativa e preventiva.

Questão 07

Pode-se afirmar que a concordância verbal no trecho “[...] foram 5.248 novos processos ajuizados no período, [...]” (1º§) está:

- A) Correta, pois a oração apresenta sujeito indeterminado.
- B) Correta, trata-se de concordância com o sujeito posposto.
- C) Incorreta, o verbo deveria estar no singular, concordando com “período”.
- D) Incorreta, o sujeito deveria estar no singular, pois o verbo tem valor de localização temporal.

Questão 08

Assinale a alternativa cujo emprego da(s) vírgula(s) é facultativo.

- A) “Nesse sentido, negligenciar a elaboração de um PGR adequado pode representar omissão culposa.” (5º§).
- B) “Empresas que atuam proativamente têm, além de uma posição jurídica mais sólida, argumentos concretos para afastar o nexo causal [...]” (7º§).
- C) “A nova redação da NR-1, aprovada pela Portaria nº 6.730/2020 do Ministério do Trabalho, estabelece a obrigatoriedade de identificação [...]” (4º§).
- D) “A defesa eficaz das empresas não passa apenas pela contestação individual das ações judiciais, mas pela adoção de medidas estruturantes de compliance trabalhista e gestão preventiva dos riscos ocupacionais.” (6º§).

Questão 09

Releia o fragmento: “Assim, ainda que o não cumprimento específico das medidas voltadas à saúde mental não seja, neste momento, objeto de penalidades administrativas, [...]” (5º§). O emprego do acento grave indicativo de crase em “voltadas à saúde mental” é:

- A) Facultativo, pois “saúde mental” é uma expressão abstrata.
- B) Incorreto, visto que “saúde mental” não admite o emprego de artigo.
- C) Correto, pois “voltadas” exige a preposição “a”, que se une ao artigo feminino de “a saúde”.
- D) Incorreto, visto que “voltadas” exige a preposição “para”, fazendo com que o artigo “a” em “saúde” seja opcional.

Questão 10

Analise a regência em: “Empresas que atuam proativamente têm, além de uma posição jurídica mais sólida, argumentos concretos para afastar o nexo causal, [...]” (7º§) e assinale a alternativa em que a regência nominal foi corretamente empregada, bem como mantém o sentido do texto.

- A) O comprometimento com as diretrizes do PGR é indispensável.
- B) A discordância a práticas de gestão inadequadas compromete a prevenção.
- C) A exposição dos riscos psicossociais pode intensificar quadros de adoecimento.
- D) A resistência com implementar medidas preventivas pode gerar responsabilização.

MATEMÁTICA**Questão 11**

Em uma biblioteca, 900 leitores foram entrevistados sobre o uso das salas de leitura, computadores e estudos em grupo. Constatou-se que:

- 120 leitores utilizam apenas a sala de leitura;
- 180 utilizam apenas a sala de computadores;
- 210 utilizam apenas a sala de estudos em grupo;
- 90 utilizam tanto a sala de leitura quanto a sala de computadores;
- 60 utilizam tanto a sala de computadores quanto a sala de estudos em grupo; e
- 50 utilizam tanto a sala de leitura quanto a sala de estudos em grupo.

Se 20 leitores utilizam as três salas, quantos utilizam apenas duas?

- A) 140.
- B) 160.
- C) 170.
- D) 200.

Questão 12

Em uma fábrica, cada peça é montada por um único técnico. No último ano, 6 técnicos montavam 150 peças por dia, o que significa que cada técnico montava, em média, 25 peças por dia. Neste ano, a produção diária subiu para 240 peças e a fábrica decidiu contratar mais técnicos. Após a contratação, cada técnico passou a montar, em média, 20 peças por dia. Com base nessas informações, quantos novos técnicos foram contratados?

- A) 3.
- B) 6.
- C) 9.
- D) 12.

Questão 13

Três fontes luminosas de um parque piscam em intervalos regulares de 8, 12 e 20 segundos. Elas foram acionadas simultaneamente e piscaram juntas no instante inicial. Após esse instante inicial, as luzes piscaram juntas mais 3 vezes e, após isso, foram imediatamente desligadas. De acordo com essas informações, após quantos minutos as luzes foram desligadas?

- A) 2.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 8.

Questão 14

Uma equipe de desenvolvimento conta com 10 programadores, que conseguem produzir 240 módulos de *software* em 12 dias, mantendo um ritmo constante de trabalho. Devido a novas demandas do projeto, será necessário desenvolver o dobro de módulos e, ao mesmo tempo, o prazo total para entrega foi reduzido para 8 dias. Mantendo a produtividade individual inalterada, quantos programadores, no total, serão necessários para que toda a nova carga de trabalho seja concluída dentro do prazo?

- A) 20.
- B) 25.
- C) 30.
- D) 35.

Questão 15

Em uma fila para a compra de ingressos para um *show*, 63 pessoas aguardam sua vez. Ana é uma das pessoas na fila e conta que há exatamente 15 pessoas à sua frente. Carlos também está na fila e ocupa a posição central, isto é, encontra-se exatamente no meio: possui o mesmo número de pessoas tanto à frente quanto atrás de si. Com base nessas informações, quantas pessoas estão entre Ana e Carlos, desconsiderando os dois?

- A) 14.
- B) 15.
- C) 16.
- D) 17.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA**Questão 16**

João, analista de documentos, deverá armazenar um contrato importante em um serviço de armazenamento em nuvem (*cloud storage*) como *Google Drive*, *OneDrive* ou *Dropbox*. A principal exigência é que o arquivo mantenha rigorosamente sua formatação visual em qualquer dispositivo e que não possa ser facilmente editado pelos outros usuários que terão acesso. Qual o formato de arquivo mais adequado a ser utilizado antes do *upload*?

- A) *.TXT (Texto Puro)*, por ser o formato mais leve e universalmente compatível.
- B) *.DOCX (Microsoft Word)*, devido à sua alta compatibilidade com *softwares* de edição.
- C) *.HTML (Hypertext Markup Language)*, por ser o padrão de exibição em navegadores *web*.
- D) *.PDF (Portable Document Format)*, por preservar o *layout* e oferecer mecanismos nativos de proteção contra edição.

Questão 17

Considere, hipoteticamente, que certo usuário está trabalhando no *Windows 10* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) para organizar alguns arquivos. Ao realizar uma ação com o teclado sobre um arquivo selecionado, ele utiliza a combinação de teclas *Shift + Delete* e confirma a operação, sem conhecer exatamente o comportamento desse comando no sistema. No *Windows 10*, quando o usuário seleciona um arquivo, pressiona *Shift + Delete* e confirma a operação, o arquivo é:

- A) Enviado para a Lixeira.
- B) Apenas ocultado pelo sistema.
- C) Compactado automaticamente.
- D) Apagado definitivamente, sem passar pela Lixeira.

Questão 18

Certa empresa de médio porte passou, recentemente, por um incidente de segurança após receber um *e-mail* falso e, posteriormente, um de seus colaboradores acabou clicando em um *link* malicioso. Diante do ocorrido, o setor de Tecnologia da Informação determinou a revisão dos procedimentos de segurança digital e das práticas adotadas no ambiente computacional, com o objetivo de garantir a proteção dos dados e a confiabilidade dos sistemas utilizados. Com base nesse cenário e, ainda, considerando os conceitos de aplicativos de segurança e princípios da Segurança da Informação, analise as afirmativas a seguir.

- I. O antivírus tem como principal função identificar, bloquear e remover *softwares* maliciosos, como vírus, *trojans* e *ransomwares*.
- II. O *firewall* atua no controle do tráfego de dados entre redes, permitindo ou bloqueando conexões com base em regras de segurança.
- III. O *backup* está diretamente relacionado ao princípio da confidencialidade, pois impede que usuários não autorizados acessem os dados.
- IV. A autenticação em dois fatores (2FA) aumenta a segurança ao exigir mais de uma forma de verificação da identidade do usuário.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 19

Durante a elaboração de um relatório no *Microsoft Word 2016* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), um usuário utilizou o recurso de marcadores e numeração disponível no editor de textos. O uso desse recurso no *Word 2016* tem como principal objetivo:

- A) Definir margens personalizadas.
- B) Alterar o tamanho da fonte do texto.
- C) Organizar informações em forma de listas.
- D) Ajustar o espaçamento entre as linhas do texto.

Questão 20

Determinado setor financeiro está utilizando uma planilha do *Microsoft Excel* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) para calcular o valor final de vendas com acréscimo de uma taxa que se encontra em apenas uma célula da planilha. Em uma das fórmulas utilizadas, o responsável pela tarefa fez referência a essa célula da seguinte forma: \$A\$1. Esse tipo de referência é denominado:

- A) Referência relativa.
- B) Referência absoluta.
- C) Referência dinâmica.
- D) Referência mista de linha.

Questão 21

Durante a preparação de uma apresentação no *Microsoft PowerPoint 2016* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), um usuário deverá utilizar o recurso visual “Transição de *Slides*” disponível no programa. Essa função é utilizada para:

- A) Modificar o tamanho das imagens inseridas.
- B) Controlar a forma de passagem entre os *slides*.
- C) Aplicar movimento aos objetos dentro do *slide*.
- D) Alterar automaticamente o conteúdo textual dos *slides*.

Questão 22

Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta correta e respectivamente um dispositivo de entrada; um dispositivo de saída; um dispositivo de armazenamento; e um dispositivo de entrada e saída (e/s):

- A) *Pendrive*; monitor; SSD; e modem.
- B) Monitor; teclado; HD; e impressora.
- C) *Mouse*; impressora; teclado; e *scanner*.
- D) Teclado; monitor; *pendrive*; e impressora multifuncional.

Questão 23

Em determinado ambiente corporativo, a secretária deverá enviar um documento de texto confidencial ao seu superior imediato, que é o principal responsável pela ação. Além disso, é necessário que o destinatário final dessa documentação, um colega de outro departamento, receba a mensagem para conhecimento e futura manipulação, sendo crucial que o superior imediato (destinatário principal) tenha ciência de que o destinatário final também recebeu a comunicação. Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a correta utilização dos campos de *e-mail* para atender a esses requisitos de rastreabilidade e visibilidade.

- A) O superior imediato deve estar no campo “Cópia (CC)”, e o destinatário final no campo “Para (To)”.
- B) O superior imediato deve estar no campo “Para (To)”, e o destinatário final no campo “Cópia (CC)”.
- C) O superior imediato deve estar no campo “Cópia Oculta (CCO/BCC)”, e o destinatário final no campo “Para (To)”.
- D) O superior imediato deve estar no campo “Para (To)”, e o destinatário final no campo “Cópia Oculta (CCO/BCC)”.

Questão 24

Durante a navegação em um ambiente *web*, o usuário observa que o *Uniform Resource Locator (URL)* na barra de endereço do navegador se inicia com o protocolo *https://* e exibe um ícone de cadeado fechado ao lado. Quanto a essa combinação de elementos de segurança e protocolo, que indica, fundamentalmente, características referentes à comunicação de dados, assinale a afirmativa correta.

- A) O certificado digital do *site* garante apenas a autenticidade do conteúdo, mas não a integridade dos dados transmitidos.
- B) O servidor de hospedagem do *site* utiliza exclusivamente a porta de comunicação padrão 80 para transferências não seguras.
- C) O navegador está operando em modo de navegação anônima ou privada, impedindo o armazenamento de qualquer tipo de *cookie*.
- D) A transferência de informações entre o navegador do usuário e o servidor *web* é protegida pelo protocolo SSL/TLS, garantindo a criptografia dos dados.

Questão 25

Um administrador de sistemas deverá realizar a manutenção de um terminal de computador de uso compartilhado. A tarefa envolve a exclusão de elementos de rastreamento e dados temporários de navegação (histórico, *cookies* e cache), mas, por uma questão de usabilidade e produtividade dos usuários, ele deverá, obrigatoriamente, preservar as senhas de acesso salvas nos principais navegadores (*Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge*). A funcionalidade que permite realizar essa exclusão seletiva de dados é:

- A) Modo de navegação privada/anônima.
- B) Limpeza avançada de dados de navegação.
- C) Exclusão total do histórico recente e das sessões ativas.
- D) Remoção exclusiva do *cache* de imagens e arquivos de terceiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO**Questão 26**

Sobre a disciplina constitucional referente à temática da saúde e previdência social, analise as afirmativas a seguir.

- I. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado ou convênio, tendo preferência as entidades com fins lucrativos.
- II. Em qualquer hipótese, é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.
- III. É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- IV. É permitido o aporte de recursos à entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, na qualidade de patrocinador, situação na qual sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

Questão 27

Carlos é servidor efetivo da administração direta de determinado município paulista, admitido por concurso público em 2020. Durante sua trajetória funcional, foi sucessivamente designado para exercer funções de confiança, percebendo gratificações específicas enquanto durava o exercício dessas atribuições. Após ser exonerado da última função comissionada, requereu a incorporação das gratificações ao seu vencimento básico, alegando que exerceu tais funções por longo período e que a supressão abrupta violaria os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima. Com base na disciplina constitucional, assinale a afirmativa correta.

- A) Carlos não tem direito à incorporação das gratificações, por vedação constitucional.
- B) Carlos tem direito à incorporação das gratificações percebidas, desde que comprove o exercício de funções comissionadas por, no mínimo, vinte anos ininterruptos.
- C) Carlos poderá incorporar as gratificações percebidas se demonstrar o exercício de funções comissionadas por pelo menos cinco anos, com base no princípio da proteção da confiança.
- D) Carlos tem direito à incorporação das gratificações percebidas se tiver exercido funções comissionadas por, pelo menos, dez anos, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o princípio da estabilidade financeira do servidor.

Questão 28

Marcos exerce o cargo efetivo de professor do magistério superior no estado Delta, que possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esse regime adota os mesmos critérios para concessão de aposentadoria utilizados pela União, nos termos da Constituição Federal. Considerando essas informações e, ainda, as disposições constitucionais vigentes, trata-se da idade mínima exigida para que Marcos possa se aposentar:

- A) 57 anos.
- B) 60 anos.
- C) 62 anos.
- D) 65 anos.

Questão 29

Samuel é servidor público que ocupa, exclusivamente, cargo em comissão no município Sigma, o qual possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Considerando que Samuel pretende se aposentar do serviço público, quanto ao regime previdenciário aplicável ao seu caso, é correto afirmar que:

- A) Deverá ser aplicado um regime híbrido de previdência social.
- B) Estará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- C) Aplicar-se-á o mesmo regime previdenciário dos servidores da União.
- D) Estará vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município.

Questão 30

Acerca do financiamento da seguridade social, analise as afirmativas a seguir.

- I. A criação de novo benefício da seguridade social exige prévia fonte de custeio parcial, sendo vedado seu financiamento exclusivamente por contribuições sociais futuras.
- II. As contribuições sociais referentes à seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não lhes aplicando a anterioridade do exercício financeiro.
- III. As contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- IV. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, inclusive sobre a receita de concursos de prognósticos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 31

A Lei nº 14.133/2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe regras atualizadas para as contratações feitas pelo poder público, substituindo gradualmente a antiga Lei nº 8.666/1993. Ela busca tornar os processos mais claros, eficientes e modernos. No entanto, a referida legislação não será aplicada em todas as hipóteses. Dessa forma, não se subordinam ao regime da Lei nº 14.133/2021:

- I. As contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.
- II. Os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- III. As contratações de tecnologia da informação e de comunicação efetuadas por órgãos do Poder Legislativo no exercício da função administrativa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 32

Em relação à atividade de fiscalização dos contratos administrativos e a disciplina da Lei nº 14.133/2021, acerca da matéria, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma equipe de fiscalização formada por três servidores estáveis, representantes da Administração especialmente designados, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- () O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- () A empresa ou o profissional contratado para assistir e subsidiar a fiscalização do contrato assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, V.
- C) V, F, F.
- D) F, F, F.

Questão 33

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, dado pessoal sensível é aquele sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, referente à saúde ou à vida sexual, genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Configuram hipóteses em que o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer, de acordo com a LGPD:

- I. Quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.
- II. Mesmo sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis.
- III. Mesmo sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 34

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – estabelece regras para o uso, a coleta e o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger a privacidade e garantir maior segurança às informações dos cidadãos. A LGPD não se aplica aos seguintes casos, EXCETO:

- A) Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
- B) Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- C) Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa física ou jurídica que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços no território nacional.
- D) Tratamento de dados pessoais provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD.

Questão 35

Júlio, servidor público municipal de Indaiatuba, titular de cargo efetivo, está afastado do exercício de seu cargo há nove meses, sem prejuízo de vencimentos, para cumprir um mandato eletivo em outro ente federativo. Nessa hipótese, a legislação prevê que ele permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Indaiatuba. Júlio recebe sua remuneração do município cedente. Paralelamente, Maria, servidora efetiva, afastou-se de suas atividades há quarenta e cinco dias por motivo de doença. Considerando exclusivamente as disposições da Lei Municipal nº 4.725/2005 e suas alterações, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso de afastamento de Júlio, o cálculo da contribuição previdenciária ao SEPREV será feito com base na remuneração do cargo efetivo de que ele é titular.
- B) Como Júlio é segurado obrigatório do RPPS e o pagamento de sua remuneração é ônus do ente cedente, o repasse das contribuições ao SEPREV cabe ao ente cessionário.
- C) O benefício previdenciário de auxílio-doença de Maria, por estar afastada há mais de quinze dias, consiste em renda mensal correspondente à totalidade da sua última base de contribuição.
- D) Se o afastamento por doença de Maria fosse decorrente de acidente em serviço, a aposentadoria por invalidez concedida posteriormente a ela teria proventos proporcionais ao tempo de contribuição, como regra geral.

Questão 36

Após a posse dos novos membros eleitos do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal do SEPREV, determinado servidor municipal procura a autarquia para obter informações sobre a nova estrutura. O servidor realizou os seguintes questionamentos:

1. Quais órgãos compõem a gestão do SEPREV?
2. Qual o tempo de mandato dos novos Conselheiros?
3. Qual órgão é responsável por aprovar o Plano de Ação Anual?

Considerando o caso hipotético e as disposições da Lei Municipal Complementar nº 24/2014, assinale a afirmativa correta.

- A) Os Conselhos Administrativo e Fiscal têm mandato de quatro anos, e o órgão responsável por aprovar o Plano de Ação Anual é o Conselho Fiscal.
- B) Os órgãos de gestão do SEPREV são a Superintendência, o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, e o mandato dos Conselheiros é de dois anos.
- C) O Conselho Administrativo é composto por oito membros titulares, de forma paritária, e é o órgão competente para aprovar o Plano de Ação Anual da autarquia.
- D) A posse dos membros eleitos para os Conselhos deve ocorrer até o mês de novembro do último ano do mandato, e o Superintendente tem a competência para nomeá-los.

Questão 37

De acordo com a Lei Municipal Complementar nº 45/2018, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os fatos desabonadores da conduta funcional do servidor deverão ser anotados objetivamente, em planilha ou formulário específico, para fins de avaliação do estágio probatório, dando-se ciência ao servidor.
- II. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, sendo-lhe assegurado o direito de defesa e contraditório.
- III. É vedada em qualquer caso a cessão de servidor em estágio probatório a outro órgão ou entidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 38

O Diretor Financeiro do SEPREV, responsável pela gestão dos recursos do Fundo de Assistência à Saúde (FAS), precisa realizar a aplicação financeira de um montante disponível e, posteriormente, elaborar a prestação de contas anual. Ele questiona a legalidade de aplicar esses recursos no mercado e a forma de contabilizar as despesas administrativas. Com base nas normas de gestão e controle financeiro da Lei Municipal nº 6.856/2017, assinale a afirmativa correta.

- A) O FAS não é constituído de receitas oriundas das contribuições da assistência à saúde dos beneficiários.
- B) As despesas administrativas do SEPREV que beneficiarem tanto o FAS quanto o FUNPREV (Fundo Previdenciário) devem ser suportadas integralmente pelo FAS, em razão do princípio da unidade orçamentária.
- C) O FAS é constituído, entre outras receitas, pelas contribuições da assistência à saúde dos beneficiários e da Prefeitura, e seus balancetes mensais exigem parecer do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho Administrativo.
- D) A contabilidade do SEPREV deve elaborar demonstrações financeiras, como o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais, mas é vedada a contabilização separada dos patrimônios do FAS e do FUNPREV.

Questão 39

Com base na Lei Municipal nº 6.856/2017, que trata da assistência à saúde dos servidores municipais de Indaiatuba, assinale a afirmativa correta.

- A) A inscrição na assistência à saúde é obrigatória para todos os servidores públicos e agentes políticos, sendo vedado o fornecimento de qualquer tipo de medicamento pelo SEPREV.
- B) O beneficiário titular que não realizar a inscrição na assistência à saúde no prazo de sessenta dias, contados da data da posse, não poderá mais se inscrever, caracterizando a perda da qualidade de beneficiário.
- C) A exclusão do beneficiário da assistência à saúde será aplicada, entre outras hipóteses, se ele permitir a utilização dos benefícios por terceiro, como se beneficiário fosse, causando prejuízo financeiro ao SEPREV.
- D) Os filhos solteiros, maiores de 21 anos e menores de 24 anos de idade, poderão manter o vínculo de dependente se cursarem o ensino superior, mediante comprovação semestral de frequência e independentemente de comprovação de dependência econômica.

Questão 40

Considerando exclusivamente os termos vigentes da Lei Federal nº 9.717/1998, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- () Os dirigentes da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa, vedada a extensão de tal responsabilidade aos dirigentes do ente federativo instituidor do referido regime.
- () No caso de extinção de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, F.
- D) V, F, V.

ATENÇÃO

NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.





